

@
17

Reunião Ordinária de 17 de dezembro de 2018

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 28

-----Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, nesta Vila de Lousada, edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, sob a Presidência do Sr. Presidente da Câmara **DR. PEDRO DANIEL MACHADO GOMES**, e Senhores Vereadores **DR. CARLOS MANUEL SOARES NUNES** em virtude do pedido de substituição apresentado pelo **DR. LEONEL DOMINGOS REIS VIEIRA DA SILVA**, **DR. MANUEL ANTÓNIO DA MOTA NUNES**, **DR. CRISTÓVÃO SIMÃO OLIVEIRA RIBEIRO**, **DR. JOAQUIM JOSÉ DA SILVA ROCHA** em virtude do pedido de substituição apresentado pela **DR.ª CRISTINA MARIA MENDES DA SILVA MOREIRA**, e **DR. ANTÓNIO AUGUSTO DOS REIS SILVA** com a presença da Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos **DR.ª Vânia Gabriela Esteves da Silva**, que a secretariou. -----

-----Eram quinze horas quando o Sr. Presidente deu como aberta a reunião.-----

---- Não esteve presente a Sr.ª Vereadora **DR.ª SANDRA MARIA LEONOR PEREIRA DA SILVA**, tendo-lhe sido relevada a respetiva falta.-----

I.PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Dr. Cristóvão Ribeiro fez a seguinte observação:

"Julgo que o Sr. Presidente da Junta de Silvares, Pias e Alvarenga e Nogueira terá feito chegar essa informação à Câmara Municipal. Em todo o caso

13

gostaríamos de levantar essa mesma questão, que tem que ver com o estacionamento de veículos pesados na Rua de Nossa Senhora do Avelar e na Rua do Paço, o que tem causado algum transtorno às populações. A quantidade de veículos pesados estacionados impede o estacionamento de ligeiros, impede a livre circulação da via, causando situações de perigo rodoviário. Aquilo que gostaríamos era de sensibilizar a Câmara Municipal para o problema e que pudesse, de imediato, criar sinalização e condições de fiscalização, sensibilizando as autoridades para o efeito e deixar a sugestão se a médio prazo não seria de pensar na lógica do concelho uma vez que temos a ideia que isto sucede em mais locais do concelho, da criação de um dois ou três interpostos, por forma a ajudar estes profissionais da camionagem a puderem ter um local onde deixar os veículos para não causarem este tipo de transtorno às populações nas freguesias onde residem.”-----

O Sr. vereador Dr. Carlos Nunes observou o seguinte:-----

“Em frente ao Centro de Interpretação do Românico, do meu ponto de vista, há uma situação perigosa tem que ver com o estacionamento de ambos os lados, não numa perspetiva infratora, mas porque constitui perigo porque a rua faz um funil, de quem se desloca no sentido ascendente, deve ser criada a curto prazo uma solução para precaver a situação de perigo.”-----

As questões suscitadas o Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

“São questões muito pertinentes. Nós já tivemos esse problema do estacionamento de pesados na Avenida de Errenterie e a medida mais eficaz que encontramos foi interromper o estacionamento. Substituímos alguns lugares de estacionamento por caldeiras para novas árvores e dificultamos o estacionamento de pesados. Deu resultado. As situações que referiram já foram encaminhadas para os serviços e naturalmente que terão o tratamento adequado e serão enviadas para a fiscalização da GNR. Do ponto de vista da sinalização, os serviços irão verificar se está alguma coisa em falta e se se justifica reforçar a sinalização. No que respeita à Rua do Paço, há queixas de particulares e eu já fiz aquilo que está nas minhas mãos, já ordenei a remoção dos camiões daquele terreno e já participei ao Tribunal o crime de desobediência. Entretanto, há dias o queixoso abordou-me a questionar como é que estava o assunto, dei-lhe nota do ponto de situação e ele sugeriu que se fizesse uma reunião com as três partes, coisa que já se fez no passado. Estou disponível para isso e, eventualmente, até para retirar a queixa da desobediência caso se encontre uma solução consensual. Nos próximos dias provavelmente vamos voltar a falar para ver se há uma solução, até porque essa empresa já adquiriu um novo espaço, faltando apenas fazer umas obras e a todo o momento pode deslocalizar-se para um local adequado com todas as condições e o problema fica resolvido.”-----

Relativamente aos interpostos não concordo com a vossa ideia porque a Câmara não tem qualquer obrigação de se substituir às empresas privadas. Isso é

um problema que tem que ser resolvido pelas próprias empresas transportadoras. Quem tem essa atividade tem que ter as condições adequadas para o efeito.-----

A Câmara tem obrigações a outro nível, para aparcar o transporte coletivo. No que respeita a este tipo de transporte não temos que intervir, nem creio que seja legal. -----

Em relação ao estacionamento na Praça das Pocinhas, na frente do Centro Interpretativo, aproveito para informar que ainda esta semana estive no quartel da GNR para me inteirar de alguns problemas, como fissuras e infiltrações naquelas instalações, e avaliar a necessidade de diligenciar junto da tutela no sentido de se resolver o assunto, ou a possibilidade de ser a própria Câmara a resolvê-los. E nesse dia o Sr. Comandante deu-me nota de que tem feito, nos últimos tempos, uma ação de fiscalização intensiva ao trânsito. Disse-me que achou estranho como é que se via tanto estacionamento abusivo em Lousada e que tem dado indicações claras aos Guardas para agir. Já nos chegou a notícia de que nessa zona tem havido muitas pessoas autuadas. Quando conseguirmos construir a nova via atrás do Centro Interpretativo, poderemos equacionar uma alteração do desenho da Praça das Pocinhas, suprimindo eventualmente o trânsito na sua frente.-----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

1.1. Resumo diário de tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria referente ao dia catorze de dezembro do corrente ano, que totaliza um saldo de dois milhões setecentos e trinta e quatro mil trezentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos. -----

1.2. Relatório Final e Minuta do Contrato, relativo ao Concurso Público-Fornecimento contínuo de Bens Alimentares de Frutas, Legumes e regime de Fruta Escolar para os Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho de Lousada- Ano de 2019.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o relatório final do concurso em destaque e adjudicar o respetivo fornecimento ao concorrente Manuel Nunes

13

da Costa, Ld^o. cujo valor dos quatro lotes ascende a 136.618,66€, acrescidos do valor do IVA, bem como aprovar a minuta do contrato e a sua celebração.

1.3. Relatório Final e Minuta do Contrato, relativo ao Concurso Público-Fornecimento contínuo de Bens Alimentares de Mercearias e Peixe Congelado para os Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho de Lousada- Ano de 2019.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o relatório final do concurso em destaque e adjudicar o respetivo fornecimento ao concorrente António Joaquim Fernandes do Couto cujo valor dos quatro lotes ascende a 136.634,61€, acrescidos do valor do IVA, bem como aprovar a minuta do contrato e a sua celebração.-----

2. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

2.1 Informação n.º **29754/18** – Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Luís Alberto P. Teixeira - Figueiras - (Consumidor n.º 9871).-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

2.2. Informação n.º **29922/18** – Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Manuel Ferreira Magalhães - Cernadelo - (Consumidor n.º 13280).-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

2.3. Informação n.º 29823/18 – Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – M.º Carmo Monteiro Ribeiro – Vilar do Torno e Alentém – (Cons. 23967).-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

2.4. Informação n.º 29827/18 – Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – Teresa Maria Ribeiro – Cristelos – (Cons. 21164).-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

2.5. Formação de tarifários de 2019

O Sr. Dr. Carlos Manuel Nunes fez a seguinte intervenção:-----

“No sentido de sugestão para fundamentar as propostas a seguir identificadas, acho que há um deficit de informação, nomeadamente, saber quantos utentes temos ligados às redes, qual é a nossa capacidade de progressão.-----

Quando a proposta vem à reunião de Câmara devia vir fundamentada e não vir apenas como uma mera atualização dos tarifários.”-----

O Sr. Presidente referiu o seguinte:-----

“Esse assunto foi falado na última Assembleia Municipal. Num universo de 17 mil fogos temos cerca de 13 mil fogos ligados. Temos mais fogos ligados na água do que no saneamento.-----

É uma mera atualização, porque nos anos anteriores, quando este formato de tarifário foi aprovado, veio com essa informação mais densificada. A exemplo dos

anos anteriores temos de carregar essa informação no portal da ERSAR. Os tarifários têm de ser validados pelo ERSAR e têm de cumprir com todas as regras e há imensa informação, nomeadamente financeira, que é carregada. Depois é emitido um parecer, que já recebemos e é disponibilizado no próprio site que contém essa informação com mais detalhe. Como era uma mera atualização entendemos que não era necessário.”-----

O Sr. Vereador Cristóvão fez a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos contra, não tanto pela atualização porque decorre da taxa de inflação como é referido, mas em coerência com a nossa proposta na altura do debate eleitoral. O PSD sempre defendeu uma descida gradual deste tipo de tarifas no sentido de aumentar o número de utentes da rede, logo não poderíamos votar de outra forma, em coerência com aquilo que sempre defendemos.”-----

O Sr. Presidente fez a seguinte declaração de voto: -----

“Nós votamos a favor!-----

Temos feito um esforço para não penalizar os consumidores. Esta atualização tem por base a inflação. Relativamente aos resíduos, a Câmara vai suportar um aumento de custos, ao nível da taxa de gestão de resíduos. Todos os sistemas que não reduzam a deposição em aterro têm vindo a ser fortemente penalizados, de ano para ano. É um problema que temos no nosso sistema e por isso é que está previsto fazer investimentos a esse nível e reforçar a recolha seletiva.-----

No que respeita às ligações da água e saneamento, a nossa postura nesta matéria tem sido pedagógica, e temos vindo a conseguir, de ano para ano, um aumento do número de consumidores. Mas não creio que seja possível por essa via, de aumento do número de ligações, baixar as tarifas, mesmo quando tivermos o nível ideal de adesão ao serviço. O sistema tem que ser sustentável e há também a necessidade de prever recursos suficientes para a renovação de redes que é outro desafio para o futuro. E outro desafio importante e que já foi aqui referido na reunião de câmara é diminuir as perdas. Há investimentos que têm que ser feitos e é necessário termos recursos, os quais têm que vir pela via do tarifário. De qualquer modo estes tarifários tiveram o parecer favorável do ERSAR, aliás nalgumas componentes dizem que temos margem para aumentar as tarifas, o que não queremos de maneira nenhuma, porque percebemos que do ponto de vista do equilíbrio do tarifário poderia fazer sentido, mas estaríamos a penalizar os consumidores e não queremos ir por esse caminho.-----

Convém ainda referir que mantêm-se os tarifários sociais e que os nossos concidadãos com uma situação económica mais frágil já estão protegidos por essa via.-----

É um tarifário equilibrado.”-----

2.5.1 – Inf. 30449/18– Resíduos Urbanos (Proposta de aprovação de estrutura tarifário para o ano 2019).-----

Tendo subjacente a informação em destaque, **deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar os tarifários em destaque, que por extensos se dão como reproduzido, por apenso à pasta de apoio a o livro de atas.-----**

Votaram contra os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

2.5.2 – Inf. 30451/18 – Abastecimento de água e águas residuais (Proposta de aprovação de estrutura tarifário para o ano 2019).-----

Tendo subjacente a informação em destaque, **deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar os tarifários em destaque, que por extensos se dão como reproduzido, por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----**

Votaram contra os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

2.6. Informação n.º 689/DOMA/18 – “Requalificação da Escola Básica de Lousada Centro – 1.º Fase – Concurso Público” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde da empreitada, bem como a nomeação da fiscalização da obra e de coordenador de segurança e saúde.-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar o plano de segurança e saúde da empreitada bem como a nomeação dos intervenientes em obra, como sendo:-----

- Diretor da fiscalização: Eng.º. Fernando Gonçalves.-----

- Fiscais: Eng.º. José Manuel Ferreira de Sousa e assistente Técnico Manuel da Silva Teixeira; e-----

- Coordenador de segurança e saúde: Eng.º. José Manuel Ferreira de Sousa.-----

2.7. Informação n.º 710/DOMA/18 – “Requalificação do Espaço Público da Avenida Cidade de Tulle – Reabilitação da Avenida Cidade de Tulle – Concurso Público” – Aprovação da notificação ao adjudicatário – Não apresentação dos documentos de habilitação. – Ratificação do despacho.-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 10 de dezembro em curso que aprovou a notificação ao adjudicatário da não apresentação dos documentos de habilitação, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º. 3 do art.º. 35º. Da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro.-----

2.8. Informação n.º 30648/18 – “VilarIntegra – Requalificação Integrada da Mata de Vilar: da fruição turística à sustentabilidade” – Aprovação da abertura

13

do procedimento por Concurso Público com o preço base de € 184.999,73 + IVA.-----

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar a abertura de procedimento para a formação de contrato de empreitadas de obras públicas, nos termos da alínea b) do artº. 19º. Do Decreto-Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, pelo valor base de 184.999,73€, acrescidos do valor do IVA.-----

2.9. Informação n.º 30770/18 – Aquisição dos terrenos denominados “Moinhos de Pias” - Aprovação da aquisição dos prédios descritos na informação, pelo montante de € 100.000,00, a pagar em três parcelas.-----

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar a aquisição em destaque.-----

3. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

3.1. AÇÃO SOCIAL

3.1.1. Informação n.º. 30565/18 – Proposta para a atribuição de um subsídio, destinado a apoiar a elaboração de um Diagnóstico de Necessidade de Capacitação, no âmbito das candidaturas ao instrumento de financiamento “Capacitação para o Investimento Social” (Portugal Inovação Social), no valor de 1000€ a cada uma das seguintes instituições: -----

- Associação de Cultura Musical de Lousada;-----
- Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo – ADASM;-----
- Associação SRC "Ao Encontro das Raízes";-----
- Centro Social e Paroquial de Caide de Rei;-----
- CSSEF, CRL – Cooperativa de Serviços de Saúde, Envelhecimento e Formação;
- Lousavidas;-----
- Quinta Imagem - Associação Cultural.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

3.1.2. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada – Proposta de substituição do representante do Município na C.P.C.J. de Lousada.-----

Deliberou Órgão Executivo, por unanimidade, designar como representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada o

Técnico Superior Bruno José Marques Morais Fernandes, conforme estipula o artº. 26º. Da Lei nº. 147/99, de 01/09, alterada pela Lei nº. 26/2018, de 5/07.-----

4. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

4.1. PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO TÉCNICA – Aprovação das minutas dos três protocolos de colaboração técnica (Programa Local de Leitura e Literacia, Formação de quadros e Investigação científica: arqueológica, histórica e patrimonial) a estabelecer entre o Governo da Região do Príncipe (São Tomé e Príncipe) e o Município de Lousada.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar as minutas dos protocolos em destaque.-----

4.2. SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE LOUSADA – Atribuição de um subsídio no valor de 750,00€ destinado a apoiar nas despesas com a reparação da sua carrinha. **Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.**-----

4.3. ASSOCIAÇÃO VIDAS EM CENA PRODUÇÕES – Atribuição de um subsídio no valor de 1.000,00€, destinado à execução do seu plano anual de atividades.---

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

4.4. CLUBE AUTOMÓVEL DE LOUSADA – Atribuição de um subsídio no valor de 14.000,00€, destinado a apoiar 14 pilotos que disputam os Campeonatos Nacionais de Automobilismo.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

4.5. MOTO CLUBE DE LOUSADA – Atribuição de um subsídio no valor de 4.000,00€, destinado a apoiar 4 motociclistas que disputam os Campeonatos Nacionais de Motociclismo.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

4.6. ASSOCIAÇÃO DE HÓQUEI DE LOUSADA – Atribuição de um subsídio no valor de 2.500,00€, destinado à execução do seu plano anual de atividades.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

4.7. RALLY DE PORTUGAL 2019 – aprovação da minuta do Protocolo / Acordo de Parceria para a realização do “Rally de Portugal – Edição 2019 a celebrar entre os Municípios de Matosinhos, Cabeceiras de Bastos, Fafe, Lousada, Mondim de Bastos, Paredes, Vieira do Minho, Amarante e Vila Nova de Gaia.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo acima referido.-----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas, da qual se lavrou a presente ata e eu Vânia Gabriela Esteves da Silva a redigi e assino. -----

João Manuel
Vânia Esteves